

Associação promove ato em defesa da atuação do Ministério Público



Foi realizado em Uberlândia, no dia 27 de fevereiro, ato público em repúdio ao atentado sofrido pelo promotor Marcus Vinícius Ribeiro Cunha, da Comarca de Monte Carmelo, e em defesa da atuação do MP (foto).

PÁGINA 2

Novos promotores de Justiça são empossados



Vinte e quatro promotores de Justiça substitutos, aprovados no 54º Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público de Minas Gerais, foram empossados no dia 3 de março. A reunião solene da Câmara de Procuradores-Gerais foi realizada no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), seguida de coquetel promovido pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP).

Os promotores de Justiça tomaram posse em solenidade no CCBB

PÁGINAS 6 E 7

Manifestação repudia atentado contra o promotor de Justiça Marcus Vinícius Ribeiro



FOTOS CONAMP

▲ Marcus Vinícius Ribeiro Cunha

A mobilização foi motivada pelo atentado sofrido pelo promotor de Justiça Marcus Vinícius Ribeiro Cunha, no dia 21 de fevereiro, em Monte Carmelo, e serviu para que o Ministério Público brasileiro e demais órgãos integrantes do sistema de segurança pública reafirmassem seu compromisso de levar adiante o combate sem tréguas à criminalidade organizada.

Participaram do ato o procurador-geral da República, Rodrigo Janot; o presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do

Membros de diversas instituições públicas, representantes de entidades da sociedade civil e cidadãos comuns reuniram-se em ato público que lotou o auditório da seção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Uberlândia em 27 de fevereiro.



▲ Membros do MP e representantes da sociedade civil se reuniram em Uberlândia

Ministério Público (Conamp), Nedens Ulisses Freire Vieira; e o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Carlos André Mariani Bittencourt. Estiveram presentes também representantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), presidentes de associações do Ministério Público e procuradores-gerais de Justiça de outros estados, presidentes do Conselho Nacional de

Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE) e do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC). Também participaram o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Herbert Carneiro, e outros membros do Poder Judiciário, da OAB, das polícias Federal, Civil e Militar.

Integração e parcerias

O procurador-geral da República ressaltou a importância da integração institucional no combate ao crime, o que permite a adoção de medidas objetivas e eficazes que têm, como efeito, resultados como o alcançado na investigação sobre o atentado, com a imediata prisão do autor dos disparos contra o promotor de Justiça Marcus Vinícius.

“Se o crime é organizado, as entidades do Estado têm por obrigação buscar a sua organização por meio de uma atuação integrada e cooperada para combater essas duas

chagas que hoje destroem a sociedade brasileira: de um lado, a corrupção, de outro, o crime organizado em suas diversas atuações”, afirmou Rodrigo Janot.

O presidente da AMMP e vice-presidente da Conamp, Nedens Ulisses, lembrou o risco inerente à atuação do promotor de Justiça que “por vezes, atrai a ira, o inconformismo, a insatisfação, a violência, a covardia”, destacou. Nedens se disse orgulhoso não só pela atitude de Marcus Vinícius e dos promotores da região, mas pela certeza de que a instituição

é composta por homens e mulheres de coragem e boa vontade.

Além do ato público em Uberlândia, várias seções regionais da AMMP realizaram manifestações com o mesmo objetivo.

Em Nova Lima, a primeira vice-presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), procuradora de Justiça Shirley Fenzi Bertão, participou de ato público e frisou que “o Ministério Público não se curvará diante desse tipo de violência que atinge o próprio Estado Democrático de Direito”.



ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062

Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

Presidente:

Nedens Ulisses
Freire Vieira

1º vice-presidente:

Shirley Fenzi Bertão

2º vice-presidente:

João Medeiros Silva Neto

3º vice-presidente:

Edson Ribeiro Baeta

4º vice-presidente:

Gustavo Mansur
Balsamão

1º diretor administrativo:

Carlos Henrique
Torres de Souza

2º diretor administrativo:

Gilberto Osório Resende

1º diretor financeiro:

Selma Maria Ribeiro
Araújo

2º diretor financeiro:

Luiz Felipe de
Miranda Cheib

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórteres

Bárbara Peixoto
(MG 0018414)

Felipe Jávare
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Edições Geraes Ltda.

Tiragem

1.000 exemplares

Confira a Nota de Esclarecimento publicada pela AMMP

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), entidade de classe que congrega os promotores e procuradores de Justiça do Estado de Minas Gerais – vem a público para repudiar de forma veemente o grave e covarde atentado praticado contra o promotor de Justiça da Comarca de Monte Carmelo Marcus Vinícius Ribeiro Cunha, ocorrido – em função da sua firme e destemida atuação na defesa da sociedade – na noite do último sábado, dia 21 de fevereiro, nas imediações da Promotoria de Justiça daquela Comarca, onde se encontrava trabalhando.

Foram efetuados aproximadamente vinte disparos contra o carro do promotor de Justiça. Felizmente, apesar dos quatro tiros que atingiram seu corpo, ele passa bem e, segundo a equipe médica que o acompanha, o prognóstico de recuperação é favorável.

Assim que tomou conhecimento do ocorrido, cerca de meia hora após o atentado, a AMMP, por seu presidente, diretores e Assessores, fez gestões imediatas com o Senhor Procurador-Geral de Justiça, integrantes do Governo do Estado, Poder Judiciário, Polícia Militar e Civil, colocando-os a par da grave situação e da necessidade da adoção de medidas para a rápida apuração do crime, proteção policial aos familiares do promotor de Justiça, bem como aos demais integrantes do Ministério Público diretamente responsáveis pelo combate ao crime organizado na Região.

Já na madrugada de domingo, o presidente da AMMP, procurador de Justiça Nedens Ulisses Freire Vieira, o promotor de Justiça Luiz Felipe Cheib, 2º diretor financeiro, e o procurador de Justiça Antônio Sérgio Tonet, integrante da Comissão de Defesa de Prerrogativas, deslocaram-se de carro para a Comarca de Uberlândia, a fim de, in loco, acompanharem a evolução do quadro médico do promotor de Justiça e os desdobramentos das investigações, prestando todo o apoio, solidariedade e assistência necessária ao mesmo e a seus familiares.

Nesse sentido, no domingo (22), os integrantes da AMMP realizaram uma visita ao Hospital Santa Clara, onde o promotor de Justiça se encontra internado, tendo o presidente, em conversa com ele mantida, colhido importantes detalhes do atentado, o que foi prontamente informado aos responsáveis pela investigação. Na sequência, além de reuniões com promotores de Justiça e autoridades de Uberlândia, a comitiva da AMMP também esteve na Delegacia de Polícia da Comarca de Monte Carmelo, onde se avistou com os responsáveis pelos trabalhos investigativos e acompanhou a confissão do autor imediato do crime.

Sob o acompanhamento direto da Procuradoria-Geral de Justiça, as investigações levaram à prisão de dois suspeitos de participação, direta ou indireta, nesse hediondo atentado, sendo certo que a AMMP continuará apoiando os trabalhos de apuração e se manterá vigilante até que o caso seja cabalmente esclarecido e os responsáveis exemplarmente punidos.

O promotor de Justiça Marcus Vinícius Ribeiro Cunha, casado e pai de dois filhos, ingressou no Ministério Público de Minas Gerais em agosto de 2006, sendo titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Monte Carmelo e integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Triângulo Mineiro, sediado em Uberlândia. Marcus Vinícius é um profissional extremamente atuante e dedicado ao combate à corrupção, ao crime organizado e à proteção do patrimônio público, cujo trabalho é amplamente reconhecido por seus pares e tem gerado significativos resultados positivos para a comunidade local.

A AMMP, como de resto toda a sociedade, tem plena convicção que o Ministério Público Brasileiro não se curvará diante desse tipo de violência que atinge não apenas o agente político no pleno exercício das suas funções de defesa da sociedade, mas ao próprio Estado Democrático de Direito.

A AMMP também reconhece e agradece a pronta e eficaz atuação dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público de Minas Gerais, bem como o apoio dos promotores e procuradores de Justiça do Estado e especificamente da região do Triângulo Mineiro, registrando também a solidariedade externa, recebida dos demais Poderes e instituições, tais como o Governo do Estado, polícias Civil, Militar e Federal, Poder Judiciário, entidades de classe, dentre outros, por ocasião desse triste e lamentável evento.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2015.

Associação Mineira do Ministério Público – AMMP

Conamp divulga moção

Moção de repúdio ao atentado contra a vida do promotor Marcus Vinícius Ribeiro Cunha foi também publicada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). O documento foi aprovado durante a II reunião extraordinária do biênio 2014/2016.

Segundo a moção, “a agressão praticada é uma afronta ao Ministério Público brasileiro e à cidadania [...] Essa realidade inaceitável evidencia o risco inerente à atividade dos membros do Ministério Público, às escândaras materializado e carecedor de urgente reconhecimento formal”.

A Conamp reafirmou seu compromisso com a segurança institucional dos membros do MP, intensificando os esforços para a implementação de instrumentos capazes de garantir o exercício da missão constitucional da Instituição e a integridade física e mental de promotores e procuradores de Justiça.

As associações dos estados do Acre e Maranhão publicaram notas de repúdio, assim como o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Conamp, reunido extraordinariamente na presente data, em Brasília-DF, aprova, à unanimidade, a presente Moção de Repúdio em face do atentado perpetrado contra a vida do promotor de justiça Marcus Vinícius Ribeiro Cunha, que, no dia 21 de fevereiro do ano fluente, na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, em frente à sede do Ministério Público, onde tem exercido com denodo e destemor suas funções ministeriais, notadamente no combate ao crime organizado, foi covardemente atingido por diversos disparos de arma de fogo que lhe causaram gravíssimas lesões.

A agressão praticada é uma afronta ao Ministério Público brasileiro e à cidadania que, historicamente, tem contado com a atuação da Instituição para a efetivação da Justiça, o combate à criminalidade e à corrupção.

Casos de ameaças, atentados e assassinatos de membros do sistema de justiça brasileiro têm sido comuns, infelizmente. Essa realidade inaceitável evidencia o risco inerente à atividade dos membros do Ministério Público, às escândaras materializado e carecedor de urgente reconhecimento formal.

A Conamp acompanhará atentamente toda a apuração dos fatos, buscando assegurar a punição exemplar dos culpados e a preservação da integridade física e da vida da vítima e de seus familiares e, paralelamente, intensificará ainda mais sua luta diuturna pela segurança efetiva dos membros do Ministério Público expostos a situações de risco em razão do cargo, dever do Estado e anseio da sociedade.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2015.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
PRESIDENTE DA CONAMP

Segurança institucional é tema de encontro em Buenos Aires

O diretor da região Centro-Oeste da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Giovani Rattacaso, participou, nos dias 26 e 27 de fevereiro, do *Encuentro Internacional de Asociaciones*, em Buenos Aires, Argentina. O evento reuniu promotores e procuradores de Justiça do Brasil, Argentina, Paraguai e Chile para discutir a segurança e a independência dos membros do MP. Também

esteve presente o representante da América do Sul da International Association of Prosecutors (IAP), Manuel Pinheiro.

Após o encontro, as entidades presentes aprovaram a Declaração de Buenos Aires. No documento, é pedido que sejam tomadas medidas de segurança com maior grau de eficácia para assegurar a integridade física dos promotores e procuradores e suas famílias.

Para Conamp, atuação do MP é atividade de risco

Resolução 116 estabelece regras gerais para a proteção pessoal de membros do Ministério Público e de seus familiares diante de situação de risco decorrente do exercício da função

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) realizou, no dia 4 de março, a X reunião ordinária do Conselho Deliberativo em Fortaleza, Ceará. Além de representantes das associações estaduais, também participaram da reunião o ex-presidente da entidade João de Deus; o procurador-geral de Justiça do Ceará, Ricardo Machado; o

representante da América do Sul da International Association of Prosecutors (IAP), Manuel Pinheiro; e o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo Azevedo Lima.

A segurança institucional de promotores e procuradores de Justiça foi um dos itens da pauta da reunião. A associação está em intensa mobilização pela criação de mecanismos eficazes para garantir a integridade física e mental dos

membros do MP e defende a classificação da atuação do MP como atividade de risco.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) analisa atualmente a proposta de resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do MP. Em 2014, o CNMP aprovou a Resolução 116, que estabelece regras gerais para a proteção pessoal de membros do Ministério Público e de seus familiares diante de situação de risco decorrente do exercício da função.

Brasília

Em 24 e 25 de fevereiro, a Conamp promoveu, em Brasília, a II reunião extraordinária da entidade, biênio 2014/2016. A segurança institucional de promotores e procuradores de Justiça também foi um dos itens da pauta. Na ocasião, foi aprovado o texto da moção de repúdio ao atentado contra a vida do promotor Marcus Vinícius Ribeiro Cunha e reafirmado o compromisso com a proteção dos membros do MP.



A reunião foi realizada em Fortaleza

Mais manifestações de repúdio

A Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, em sua reunião do dia 27 de fevereiro, aprovou moção de solidariedade ao promotor de Justiça Marcus Vinícius Ribeiro Cunha, segundo informações de seu presidente Luiz Carlos Abritta.

Também a Amagis repudiou o atentado e se solidarizou com os familiares do promotor e com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Convocou ainda as entidades democráticas e a sociedade a condenarem o ato. Segundo a Amagis, “mais do que um ataque a um operador do direito, os 12 tiros disparados foram um claro atentado com o intuito de atingir todo o sistema de Justiça e a democracia”.

A Associação do Ministério Público de

Pernambuco (AMPP) também manifestou plena e irrestrita solidariedade ao promotor de Justiça Marcos Vinícius Ribeiro Cunha, extensível aos seus familiares e a todos os membros do Ministério Público mineiro.

A Associação do Ministério Público do Estado do Acre (Ampac) manifestou sua profunda indignação e repúdio ao ato que culminou com o atentado contra a vida de Marcus Vinícius Ribeiro Cunha, titular da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Monte Carmelo e integrante do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GCOC) do Triângulo Mineiro. Segundo a Ampac, “o atentado sofrido pelo colega mineiro evidencia o grave quadro crescente de violência que grassa em nosso País, submetendo os

cidadãos à desagradável sensação de insegurança que, aliada à fragilidade do aparato estatal responsável pela elucidação de crimes e à tibieza da nossa legislação penal, redundam em se acreditar, mesmo que de forma equivocada, que a impunidade é a regra”.

O Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua e Catadores de Material Reciclável, a Pastoral Nacional do Povo de Rua e o Movimento Nacional da População de Rua também se declararam solidariedade ao promotor de Justiça, familiares e a todos os membros do Ministério Público, destacando seu papel fundamental da luta pela promoção e defesa dos direitos da população em situação de rua e dos catadores de material reciclável.

A Voz do Ministério Público aborda segurança institucional e crise hídrica

O procurador de Justiça André Estevão Ubaldino, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado e Investigação Criminal (CAOCRIMO) e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), foi o entrevistado do dia 26 de fevereiro de *A Voz do Ministério Público*. Ele falou sobre o atentado contra o promotor de Justiça da Comarca de Monte Carmelo Marcus Vinícius Ribeiro e suas repercussões na atuação dos demais membros do Ministério Público.

No dia 10 de março, o entrevistado foi o promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Meio Ambiente de Minas Gerais (CAOMA). Ele falou sobre a grave crise no abastecimento de água e o papel do Ministério

Público na proteção dos recursos hídricos.

A Voz do Ministério Público é apresentado às terças-feiras, às 12h30 e às 22 horas; às quintas, às 14 e 22 horas; aos sábados, às 8h30; e aos domingos, às 13 horas pela TVCBH – canal 6



FOTOS BARBARA PEREIRO

▲ Procurador de Justiça André Estevão Ubaldino



Net, canal 13 da Oi; e pelo site www.tvcbh.com.br. É também exibido pela TV Assembleia às segundas-feiras, às 19h30; às quartas-feiras, às 2h da manhã; às quintas-feiras, às 5 horas da manhã; e aos sábados, às 6h30.

▲ Promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto

Todos os programas estão disponíveis no site da AMMP – www.ammp.org.br.

AMMP promove reunião com aposentados e pensionistas



COMAMP



A reunião foi coordenada pelo presidente da AMMP, Nedens Ulisses



Foi realizada, na tarde do dia 2 de março, reunião de trabalho com aposentados e pensionistas para tratar de assuntos administrativos. O encontro foi coordenado pelo presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses.

Compuseram a mesa o procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani; a diretora financeira da AMMP, Selma Maria Ribeiro; o presidente da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, Luiz Carlos Abritta; e a pensionista Neiva Prudente.



Aprovados no 54º Concurso são empossados

Foram empossados, na noite do dia 3 de março, 24 novos promotores substitutos em reunião solene da Câmara de Procuradores de Justiça, presidida pelo procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani. A solenidade foi realizada no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Belo Horizonte, seguida de coquetel promovido pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP).

O procurador de Justiça Jacson Campomizzi saudou os novos colegas e Carolina Frare, primeiro lugar no concurso, falou em nome dos empossados. Campomizzi lembrou o conturbado momento político pelo qual passa o Brasil e a grande responsabilidade desses novos agentes públicos nas ações de controle social e destacou as virtudes que devem ser valorizadas no trabalho ministerial.

Carolina Frare ressaltou a lisura e transparência do concurso, falou das lutas e escolhas de cada um para concretizar o sonho de ser promotor de Justiça, elogiou os servidores da PGJ que tanto os ajudaram durante a realização do certame e o entusiasmo de agora trabalhar de fato para a pro-

moção da justiça, mantendo acesa a dimensão humana do direito.

Além do presidente da Associação Mineira do Ministério Público, Nedens Ulisses, compuseram a mesa da solenidade o corregedor-geral do MPMG e presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público (CNCGP), Luiz Antônio Sasdelli Prudente; a ouvidora do MPMG e presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), Ruth Lies Scholte Carvalho; o conselheiro nacional do Ministério Público Jarbas Soares Júnior; a defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, e o chefe de gabinete do Tribunal de Contas de Minas Gerais, Ronaldo Jaime Machado.



▲ A mesa foi composta por membros do MP e de outras instituições

Posse



▲ Novos promotores substitutos celebram o ingresso no Ministério Público



Fotos André Lima



▶ Jacson Campomizzi



◀ Carolina Frare

Empossados



Tomaram posse os seguintes promotores de Justiça: Carolina Frare Lameirinha, Diego Espindola Sanches, Liliane Kissila Avelar Lessa, Daniel Lessa Costa, Mateus Castriani Quirino, Jorge Victor Cunha Barretto da Silva, Paulo Elias Severgnini Mendes Junior, Fernanda Fiorati Rosa, Vera Leilane Mota Alves de Souza, Thalita Celia De Oliveira Nascimento Toledo, Reinaldo Pinto Lara, Lenize Martins Lunardi Pedreira, Shymene Silva Queiroz, Mayra Conceição Silv, Vinícios Pereira de Paula, Igor Citeli Fajardo Castro, Hilton Silva Alonso Júnior, Leandro Pereira Barboza, Regiane Maria Heil Portes, Gerciluce de Brito Sales Costa, Márcio Ayala Pereira Filho, Frederico Duarte Castro, Luiz Fernando Câmara Simões Júnior e Andreia Nunes Durães.

Novos promotores visitam a AMMP

Os 24 promotores recém-empossados visitaram a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) no dia 11 de março, quando foram recebidos pelo presidente Nedens Ulisses e pelos demais membros da diretoria. Os novos promotores conheceram a atuação da entidade de classe e os serviços oferecidos aos associados.

Nedens apresentou a estrutura e os serviços da AMMP - como os departamentos de esportes e jurídico e o plano de saúde. Falou ainda

sobre as ações culturais na capital e interior, as pousadas de Guapé e Cabrália, os apartamentos de Belo Horizonte e Cabo Frio, além do acompanhamento de matérias institucionais e administrativas junto à Procuradoria-Geral de Justiça, à Assembleia Legislativa, Congresso Nacional, conselhos nacionais e tribunais superiores.

Os novos promotores foram ainda orientados sobre a importância da adesão ao plano de previdência privada Jusprev, especial para as carreiras jurídicas, como forma de garantir a integralidade de proventos e pensões, em função das alterações na legislação previdenciária.



Edson Baeta



Luís Carlos Abritta



Joaquim Cabral



João Medeiros e Nedens Ulisses

AMMP-Saúde

O 3º vice-presidente e diretor do AMMP-Saúde, Edson Baeta, falou dos diferenciais do plano de saúde que assiste hoje cerca de 4.300 pessoas e esclareceu dúvidas. O advogado Luís Carlos Abritta alertou os promotores, principalmente, sobre as dificuldades próprias da atuação ministerial e sobre as relações com a mídia.

O ex-presidente da AMMP, procurador de Justiça Joaquim Cabral, resumiu a história da Associação, as principais lutas classistas e também convidou os novos promotores a participarem das atividades da Casa.

Nedens Ulisses fechou o encontro conclamando os novos colegas a se associarem para renovar as forças da classe na defesa das prerrogativas institucionais.

AMMP-Saúde celebra novos convênios

Os conveniados abaixo relacionados foram celebrados entre 20 de outubro de 2014 a 20 de fevereiro passado.

ARAGUARI

- ♦ **Flair Consultoria Técnica**
 - Diagnóstico por imagem, tomografia computadorizada - (34) 3291-3900

BELO HORIZONTE

- ♦ **Andreia Trindade Fisioterapia**
 - (31)2516-0339
- ♦ **Captamed Cuidados Contínuos**
 - home care - (31)3048-1100
- ♦ **Espaço de Atenção Psicossocial**
 - Psiquiatria/Psicologia - (31)3213-7857
- ♦ **Maria Elisabeth Rennó de Castro Santos**
 - Angiologia e Cirurgia Vascular - (31)3241-2023
- ♦ **Megascan Diagnóstico por Imagem**
 - Ressonância magnética - (37)3212-7414

♦ Radiocare Serviços Médicos Especializados

- Radioterapia - (31)3335-0131

GOVERNADOR VALADARES

- ♦ **Par GV Diagnóstico e Imagem por Ressonância** - (33)3271-1226

♦ MN&D Magsul Medicina Nuclear

- Pouso Alegre - (35)3449-3800

UBERLÂNDIA

♦ Carvalho & Inocêncio Serviços Médicos

- Endocrinologia - (34)3210-9309

VARGINHA

- ♦ **Patologia Clínica Hemoterápica**
 - (35)3214-3653

CANCELADOS

- ♦ No mesmo período, foram cancelados contratos com Clínica de Fisioterapia Salutaris, de Pouso Alegre; Clínica Radiológica Dr Vieira - Belo Horizonte; Hospital de Olhos de Pouso Alegre; Instituto Pro-Vida, Patrocínio; Núcleo de Fisioterapia - Governador Valadares.

Informamos que o Ceap (Centro de Excelência em Atenção Primária), consultório do Hospital Felício Rocho, já conta com a facilidade de marcação de consulta online: www.feliciorocho.org.br. A Central de Atendimento atende pelo telefone (31) 3514-7000.

O horário de atendimento foi estendido até as 21h nas especialidades: Angiologia, Cardiologia, Cirurgia Cardiovascular, Cirurgia Geral, Clínica da Dor, Dermatologia, Gastroenterologia, Neurocirurgia, Reumatologia e Ortopedia.

“Um olhar para o futuro” é tema de congresso no Nordeste

A solenidade de abertura do 6º Congresso do Ministério Público da Região Nordeste, em Fortaleza, reuniu diversas autoridades, na noite do dia 4 de março. O tema dos trabalhos foi “Ministério Público: um olhar para o futuro”. A mesa foi presidida pela presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica Cavalcanti. O presidente da Associação Mineira do Ministério Público e vice-presidente da Conamp, Nedens Ulisses, e o assessor institucional José Perdigão participaram do evento.

Norma Angélica saudou os presentes com uma citação de Patativa do Assaré, poeta nordestino. “Nosso evento é uma oportunidade para refletirmos com espírito de congraçamento, união e solidariedade associativa em prol de um MP cada vez mais vibrante, motivado, diligente e atuante. Com certeza conseguiremos forças para afastarmos qualquer tentativa de calar e apequenar nossa instituição”, disse. Falou ainda sobre o lançamento, pela ministra do STF Cármen Lúcia, da campanha nacional contra a violência doméstica e do lançamento oficial do XXI

Congresso Nacional do MP, que será realizado no Rio de Janeiro, de 6 a 9 de outubro.

“Continuaremos defendendo a consolidação de nossos direitos e prerrogativas e, nesse espírito de lutas institucionais, conclamo a classe para construir internamente uma unidade verdadeira para o fortalecimento ministerial”, finalizou Norma.

O presidente da Associação Cearense do Ministério Público (ACMP), Plácido Rios, lembrou que o resgate do Congresso da Região Nordeste ocorre nove anos após a última edição. Plácido afirmou também que é preciso repensar os caminhos institucionais do MP. “O MP é e sempre deverá ser uma obra inacabada em



constante desenvolvimento e construção sendo, portanto, responsabilidade de cada geração o maior aprimoramento institucional”, discursou.

▲ Norma Cavalcanti abriu o congresso

A promoção

O 6º Congresso do Ministério Público da Região Nordeste foi promovido pela Conamp, Associação Cearense do Ministério Público (ACMP) e demais associações do Ministério Público da Região Nordeste.

Desde sua primeira edição, o congresso tem contribuído para a análise das conjunturas políticas, sociais e econômicas que determinam a forma de atuação do MP e para a troca de experiências indispensáveis para maior eficiência e

excelência no desenvolvimento dos trabalhos afetos à instituição.

Das exposições, discussões e palestras do têm surgido propostas de reforma de normas constitucionais e legais, bem como de aperfeiçoamento de métodos gerenciais e procedimentos administrativos a cargo do Ministério Público, o que tem repercutido positivamente na quantidade e na qualidade dos serviços prestados à coletividade por todo o sistema de justiça.



▲ Ministra Cármen Lúcia, do STF

Cármen Lúcia apresenta iniciativa para o combate à violência contra a mulher

Na manhã do dia 6 de março, a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), discursou sobre a Semana Justiça pela Paz em Casa, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

A iniciativa, idealizada por ela, visa mobilizar e unir esforços do Ministério Público e da magistratura no combate à violência contra a mulher. O objetivo da medida é de que as varas criminais, juizados

especializados e tribunais do Júri priorizem o julgamento de casos de violência doméstica, principalmente aqueles que envolvam homicídio, entre os dias 9 e 13 de março. A Conamp apoia o projeto e MP's de diversos estados do país participam promoção.

Carmén Lúcia escreveu sobre o tema em artigo recente. “A busca da paz em casa tem motivo simples: a violência não para nos umbrais da porta de entrada. Ganha a rua e daí lança-se à praça, na qual vira fúria. Contra essa não há força bastante a contê-la sem o custo de vidas”.

Congresso Nacional será no Rio de Janeiro

Também no dia 6, no encerramento do 6º Congresso Regional do Ministério Público – região Nordeste, foi feito o lançamento oficial do XXI Congresso Nacional do MP. De 6 a 9 de outubro, a cidade do Rio de Janeiro receberá a 21ª edição do Congresso Nacional do MP e a 5ª Conferência da América Latina

da Internacional Association of Prosecutors (IAP). Os dois eventos estão sendo realizados pela Conamp, Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj) e co-realizados pela IAP.

O tema do Congresso Nacional do MP é “Os desafios e oportunidades do MP

brasileiro na Era Digital”. A proposta busca lançar um olhar sobre o cenário contemporâneo de acesso democrático e dinâmico à informação, observar as oportunidades que esse cenário propicia ao cumprimento do dever do MP, assim como atentar para os novos desafios que despontam.

Conamp manifesta apoio ao procurador-geral da República



▲ Nedens Ulisses e Achilles Siquara acompanharam Norma Angélica

A presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti, reuniu-se na manhã do dia 12 de março com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O 1º vice-presidente Nedens Ulisses e o ex-presidente Achilles Siquara também partici-

param do encontro.

Norma reiterou, na oportunidade, confiança na atuação de Janot quanto à condução da Operação Lava Jato e colocou a associação à disposição da Procuradoria-Geral da República. Nota pública de apoio foi publicada pela Conamp em 6 de março. No

texto, afirma-se que “o Ministério Público, em perfeita simbiose de propósitos com a sociedade, fará o que for necessário para que as instituições não sejam apegadas para o mero deleite de mal intencionados e dos responsáveis pelos desmandos em detrimento do patrimônio público nacional”.

Janot reafirma compromissos do MP

O presidente do CNMP e procurador-geral da República, Rodrigo Janot, reafirmou, durante a sessão do CNMP, em 10 de março, seu compromisso com a sociedade brasileira na condução serena, equilibrada e eficaz de seu trabalho nas investigações da Operação Lava Jato. Reiterou ainda transparência e o diálogo como marcas de sua atuação, destacando: “acredito piamente que com diálogo se constrói”.

Ao apresentar na primeira semana de março pedidos de abertura de inquérito e de arquivamentos na investigação conhecida como Lava Jato, pediu o levantamento do sigilo do caso. Para ele, a divulgação das ações em um caso dessa dimensão é essencial, para que o “Ministério Público tenha sua coerência comprovada e testada”, disse. Ele esclareceu, ainda, que esse será um processo longo e alertou que não se pode confundir investigação com condenação.

Janot também destacou, na declaração que abriu a sessão do CNMP, que era necessário para afastar “ruídos de comunicação nas decisões e atitudes” que sua gestão sempre foi pautada pelo diálogo institucional com os poderes constituídos e com os membros do Ministério Público. Segundo ele, isso não quer dizer que o diálogo irá contaminar suas decisões.

A Conamp manifestou confiança no trabalho de Janot em nota pública.

Dilma sanciona lei que torna o feminicídio crime hediondo

A Lei do Feminicídio foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff no dia 9 de março. O projeto de lei foi aprovado no dia 3 de março na Câmara dos Deputados. Durante o evento, a presidente condenou o machismo instaurado na sociedade há séculos e lembrou que "15 mulheres são mortas por dia no Brasil. As mortes são pelo simples fato de ser mulher, uma questão de gênero". Falou ainda sobre as 500 mil mulheres que são vítimas de estupro no país e sobre o fato de apenas 10% dos casos chegarem ao conhecimento das autoridades. "As mulheres muitas vezes têm medo e vergonha de denunciar", disse. "Esses números nos chocam e mostram brasileiras submetidas a uma violência inaceitável, que percorre em todas as classes sociais, nas ruas, no trabalho, nas escolas e, sobretudo, dentro de casa", afirmou Dilma.

A presidente condenou também a violência contra os negros e a população LGBT e afirmou que "o Brasil é uma terra generosa e não deve aceitar jamais ser a terra de intolerância e do preconceito" e deixou bem claro que o papel do Estado deve ser sempre defender a integridade da mulher. "Em briga de marido e mulher, nós achamos que se mete a colher sim. Principalmente se resultar em assassinato", afirmou. Destacou ainda as políticas que visam ao empoderamento feminino, como a Lei Maria da Penha e algumas ações de seu governo.

A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, falou da importância dessa lei para que haja redução desse tipo de crime. "O feminicídio é a morte violenta por conta do gênero, é um crime de ódio". Menicucci elogiou a articulação da bancada feminina no Congresso e lembrou que a Lei Maria da Penha, segundo dados do Ipea, diminuiu em 10% os assassinatos de mulheres em suas residências. "A partir de hoje, com a Lei do Feminicídio, as brasileiras conquistam mais um instrumento para garantir uma vida livre da violência", completou.

Brasil é o sétimo país do mundo em assassinato de mulheres

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o feminicídio abrange desde o abuso emocional até o abuso físico ou sexual. Esse crime envolve o assassinato intencional de mulheres apenas por serem mulheres. Na América Latina, México, Chile e Argentina já incorporaram o crime de feminicídio às respectivas legislações penais. No Brasil, O projeto foi elaborado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher.

A proposta aprovada estabelece que as penas podem variar de 12 anos a 30 anos de prisão, a depender dos fatores considerados. Se forem cometidos crimes conexos, as penas poderão ser somadas, aumentando o total de anos que o criminoso ficará preso, interferindo, assim, no prazo para que ele tenha direito a benefícios como a progressão de regime.

Está previsto ainda aumento da pena em um terço se o crime acontecer durante a gestação ou nos três meses posteriores

ao parto, se for contra adolescente menor de 14 anos ou adulto acima de 60 anos ou ainda pessoa com deficiência, e se o assassinato for cometido na presença de descendente ou ascendente da vítima. Além disso, a progressão de regime só poderá ocorrer após o cumprimento de dois quintos da pena, em caso de ser a primeira incidência do infrator, e de três quintos, se houve reincidência.

Segundo dados apresentados pela CPMI, entre 2000 e 2010, 43,7 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. Desse total, mais de 40% das vítimas foram assassinadas dentro de suas casas, muitas pelos companheiros ou ex-companheiros. Esses números colocam o Brasil na sétima posição mundial de assassinatos de mulheres.

Em casos de crimes tipificados como hediondos, o cumprimento da pena estipulada, e sua possível redução, são realizados de maneira diferente. A pena por crime, segundo a Lei 8.072, será cumprida inicialmente em regime fechado.

Denúncias crescem 20%

As denúncias de violência sexual contra a mulher (estupros, assédios e exploração sexual) cresceram 20% em 2014, quando comparadas ao ano anterior, segundo divulgação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 6 de março, às vésperas do Dia Internacional da Mulher. Foram registrados, em média, quatro atendimentos dessas denúncias por dia por meio da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

Segundo a SPM, a central de atendimento fez 485.105 atendimentos no ano passado. Criado em 2005, já foram realizadas mais de 4 milhões de atendimentos.

Nessa mesma data, a Secretaria de Políticas para as Mulheres ampliou a ação do Ligue 180 para França, Estados Unidos, Inglaterra, Noruega, Guiana Francesa, Argentina, Uruguai, Paraguai, Holanda, Suíça, Venezuela, Bélgica e Luxemburgo. As brasileiras que vivem na Espanha, na Itália

e em Portugal já são atendidas pela central.

Segundo a Secretaria, de um total de 52.957 denúncias de violência contra a mulher em 2014, 27.369 corresponderam a denúncias de violência física (51,68%), 16.846 de violência psicológica (31,81%), 5.126 de violência moral (9,68%), 1.028 de violência patrimonial (1,94%), 1.517 de violência sexual (2,86%), 931 de cárcere privado (1,76%) e 140 envolvendo tráfico (0,26%). Quando comparado a 2013, foi registrado aumento de 50% nos registros de cárcere privado de mulheres.

Para se ter ideia, das 43,7 mil mulheres assassinadas no país entre 2000 e 2010, 41% foram mortas dentro da própria casa, muitas vezes pelo companheiro ou ex-companheiro. A maioria desses casos poderia ter tido outro desfecho se a mulher denunciase o agressor. Porém, dados apontam que 60% dos casais continuam a viver conjugalmente mesmo após a queixa de agressão.

Plenário do CNMP valida cotas raciais em concurso

“Pelo contrário, é indicativo do fortalecimento e aprimoramento da instituição, na exata medida em que reforça o seu comprometimento com o Estado democrático”

Por unanimidade, o plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) julgou improcedente o procedimento que requeria a suspensão de concurso público para promotor de Justiça substituto do Ministério Público do Estado da Bahia (MP/BA) e questionava previsão, em regulamento, que destina 30% das vagas a candidatos que se autodeclarem negros ou pardos.

A decisão foi tomada durante a 5ª Sessão Ordinária do CNMP, realizada em 10 de março.

Para o relator da matéria, conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega, é importante levar em conta que a adoção de política afirmativa, antes de mera autorização constitucional, resulta de imperativo, implicando que até mesmo a edição de lei formal seja dispensada para tanto.

Essa foi também a conclusão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Preceito Fundamental (ADPF) Nº 186, “entendendo que a providência adotada pela Universidade de Brasília (UnB) encontrava

amparo na própria autonomia universitária, que tem sede constitucional”.

Em seu voto, Fábio Jorge enfatizou que o fato de o MP/BA se valer de critério utilizado pelo Poder Executivo pode apenas ter representado o uso de um “parâmetro” já válido para o Estado da Bahia, mas, não uma subordinação àquele Poder. “Pelo contrário, é indicativo do fortalecimento e aprimoramento da instituição, na exata medida em que reforça o seu comprometimento com o Estado democrático”.

Visita às unidades prisionais têm nova periodicidade



O CNMP aprovou ainda, nesse mesmo dia, a proposta de resolução que estabelece a periodicidade mínima semestral de visita dos membros do Ministério Público às unidades prisionais, em substituição à atual obrigatoriedade de visita mensal, medida prevista na Resolução CNMP nº 20/2007. A proposta é de autoria do conselheiro Alexandre Saliba. O relator é o

conselheiro Fábio George.

Segundo o texto, as visitas devem ser feitas nos meses de abril ou maio e outubro ou novembro e, quando necessárias, a qualquer tempo, visitas extraordinárias, em repartições policiais, civis e militares, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares.

A medida aprovada tem validade a partir da publicação em Diário Oficial da União (DOU).

E você ainda procura um bom motivo para fazer um JustVida?

O seguro de vida em grupo feito para quem é associado da AMMP.

Para saber mais ou fazer o seu JustVida acesse:
www.sienaseguros.com.br/ammpseg
ou ligue:
0800 771 1231

 
www.sienaseguros.com.br/ammpseg


CORRETORA DE SEGUROS

Melhores coberturas
Melhor preço
Permite a inclusão de cônjuge



Sancionado o novo Código de Processo Civil

O novo Código de Processo Civil (CPC) foi sancionado no dia 16 de março pela presidente Dilma Rousseff. A busca pelo consenso como a forma ideal de solução de conflitos foi o que se buscou com a elaboração do novo texto, segundo a presidente.

“Incentiva-se a redução do formalismo jurídico sempre que a serviço da busca pelo consenso. Democratiza ainda mais o acesso à Justiça ao ampliar e facilitar a gratuidade ou o parcelamento das despesas judiciais.”

Dilma destacou soluções que trazem agilidade e usam jurisprudência de outras decisões para reduzir a demora nos processos e “aumentar a confiança dos brasileiros no Poder Judiciário”. Entre as novidades do novo código, estão as instâncias de conciliação e a possibilidade de os casais se separarem judicialmente antes do divórcio. Atualmente, os casais

podem se divorciar diretamente, sem precisar passar pela separação judicial. Os congressistas consideraram importante inserir a opção da separação, além do divórcio.

O novo CPC é “um código da sociedade brasileira”, já que 80% das sugestões foram acatadas, disse o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, que presidiu a comissão de juristas criada em 2010 para discutir e formular o anteprojeto do novo código, disse que ele foi construído a partir de um processo que envolveu mais de 100 audiências públicas e o recebimento de cerca de 80 mil e-mails, além de contribuições da Academia e de juristas.

“Os processos têm que ter duração razoável. Essa demora na prestação de Justiça acaba na verdade consagrando uma verdadeira injustiça”

Garantia

Segundo Fux, o novo código inverte solenidades e reduz o número elevado de recursos dos processos atuais, sem prejudicar a garantia à ampla defesa. “Os processos têm que ter duração razoável. Essa demora na prestação de Justiça acaba na verdade consagrando uma verdadeira injustiça”, argumentou.

Para o relator do projeto do Código de Processo Civil na Câmara dos

Deputados, Paulo Teixeira (PT-SP), o texto aprovado e sancionado vai permitir a solução de conflitos na primeira fase, por meio de mediação e de conciliação”, o que ele chama de “instância pré-judicial”. Segundo ele, o novo código também vai coibir estratégias usadas para postergar decisões judiciais.

O Código de Processo Civil regula a tramitação das ações judiciais, os prazos,

atos e procedimentos referentes a essas medidas. A reforma visa simplificar processos e acelerar decisões da Justiça, inclusive eliminando parte dos recursos hoje permitidos. Entre os mais de mil artigos do código, está o que prevê uma fase prévia de conciliação e mediação entre as partes, por meio de centros de solução de conflitos, para tentar evitar a solução de problemas por via judicial.

PEC da Bengala vai para o segundo turno

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 457/2005, que busca elevar a idade de aposentadoria compulsória no serviço público de 70 para 75 anos, foi aprovada em primeiro turno para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em sessão de 4 de março. Foram 317 votos favoráveis, 131 contrários e dez abstenções.

A mudança valerá também para ministros dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União. A mudança precisa ser aprovada em segundo turno.

Ampliação

De acordo com a proposta de emenda à Constituição, a aposentadoria compulsória aos 75 anos poderá ser ampliada para todos os

servidores públicos por lei complementar. O texto aprovado é o projeto original enviado pelo Senado.

A alteração terá impacto na composição, entre outros, do Supremo Tribunal Federal. Pela regra atual, até 2018, cinco ministros alcançarão 70 anos e deveriam ser aposentados. Com a nova regra, a atual composição do Tribunal deve ser mantida por mais tempo.

A PEC da Bengala foi tema recorrente nas reuniões da Conamp. A Associação já se manifestou contra essa proposta por entender que ela implica engessamento das carreiras de estado e estagnação da jurisprudência brasileira.

Em suas articulações, a Conamp se reuniu com o presidente

da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) em 25 de fevereiro. Na ocasião, Cunha informou que a tendência da Câmara era votar o texto aprovado pelo Senado. A presidente da Conamp, Norma Angélica, entregou-lhe a Nota Pública da entidade contra a PEC 457 em sua integridade. “Não é justo com a população a falta de renovação do serviço público”, justificou.

A Associação já se manifestou contra essa proposta por entender que ela implica engessamento das carreiras de estado e estagnação da jurisprudência brasileira

Mobilização

A Conamp se mantém mobilizada no Congresso Nacional desde o dia 24 de fevereiro para acompanhar o processo legislativo e a votação da PEC 457. Todos os membros do Conselho Deliberativo da entidade buscaram dialogar com os parlamentares a fim de demonstrar as consequências negativas da PEC da Bengala.

Jornal Hoje em Dia entrevista Nedens Ulisses

MP se esforça
para não deixar
30% das
comarcas de
Minas sem
representante



LUCAS PRATES/HOJE EM DIA

Minas Gerais tem hoje pouco mais de mil promotores que se desdobram para atender todo o Estado. Atualmente, 87 comarcas mineiras não contam com promotores titulares – quase 30% das 296. O órgão não tem orçamento para dar posse a todos os 40 aprovados no último concurso. O procurador de Justiça Nedens Ulisses Vieira, presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), explica como o órgão contorna essa carência para continuar combatendo o crime organizado.

O número de promotores e procuradores em Minas Gerais é suficiente?

O Ministério Público ainda tem um déficit. Estamos aquém da necessidade e temos muitos cargos vagos. Comparativamente com a magistratura, que é o nosso paradigma, temos menos promotores do que juízes. Isso faz com que tenhamos várias comarcas dividindo promotores com outras.

O que fazer diante dessa situação?

A solução adotada pela Procuradoria Geral, há muito tempo, é fazer com que um promotor titular de determinada comarca seja substituído em outra, ou que ele coopere em mais de uma comarca. Para tentar fazer frente às demandas de duas ou três comarcas, é feito um esforço de toda a classe, mas isso acarreta problemas. Uma comarca precisa ter um promotor de Justiça fisicamente representado, que seja referência e representação do Ministério Público. Aquele que vai acolher as demandas judiciais e extrajudiciais, já que muitas delas podem ser resolvidas por aconselhamento. Além disso, traz segurança para a sociedade ter um promotor, um juiz, um delegado e um comando da Polícia Militar no município ou na comarca. Essa participação do Ministério Público fica deficiente quando é feita apenas por cooperação ou substituição.

Qual seria a solução?

Seria mais concursos. No início do mês, demos posse a 24 promotores, sendo que passaram 40. Mas o orçamento não permitiu que fossem empossados todos os novos promotores. Eles passam por um curso, um treinamento e, de acordo com a ordem de classificação, escolhem uma comarca entre as vagas disponíveis. A prioridade são as comarcas de difícil provimento, no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas.

Existe ameaça de redução do orçamento do Ministério Público tendo em vista a situação financeira do Estado?

Tenho acompanhado esse assunto pela imprensa e também com o Procurador-geral de Justiça, Carlos André Bittencourt. Estão havendo conversas para acertar a questão orçamentária. Eu acho, à primeira vista, que seria inviável uma diminuição do nosso orçamento, porque o Ministério Público, como ocorre com o Poder Judiciário, necessita do orçamento que foi proposto para realizar suas atividades.

Atualmente, 87 comarcas mineiras não contam com promotores titulares – quase 30% das 296. O órgão não tem orçamento para dar posse a todos os 40 aprovados no último concurso

A remuneração é adequada? A carreira de promotor público está atrativa?

A carreira, no aspecto remuneratório, é atrativa, sim. Nós temos uma boa remuneração. Não é nada exagerado, mas é uma remuneração bastante razoável. Não existem mais as dificuldades que a minha e outras gerações enfrentaram no início de carreira. Mas o que acho mais importante é que possamos encantar, emocionar e motivar os novos promotores, aqueles jovens homens e mulheres que saem da faculdade para exercer uma função que vai ao encontro da sociedade, do cidadão. Trata-se de um profissional que tem autonomia, que tem prerrogativas importantes, que tem instrumentos para crer que pode contribuir para uma mudança positiva da sociedade. Acho que esse é o encantamento que pode atrair os novos promotores de Justiça.

Uma comarca precisa ter um promotor de Justiça fisicamente representado, que seja referência e representação do Ministério Público

A movimentação nacional do Ministério Público contra a aprovação da PEC 37 foi coordenada a partir da sua atuação. O resultado foi satisfatório?

A minha atuação na coordenação nacional aconteceu em função da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), da qual faço parte como primeiro vice-presidente. Foi uma atuação das entidades de classe. Houve também coordenação nacional. Nós trabalhamos em conjunto com o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais que orientava todas as instituições, o Ministério Público em todos os estados e o da União. Foi um trabalho de fôlego, que demandou mais de um ano. Em vários momentos, se a PEC 37 fosse colocada em votação, ela passaria. Acho que foi importante esse trabalho porque houve uma união muito grande do Ministério Público brasileiro.

Como fica a relação do MP com outras instâncias que defendiam a aprovação da PEC 37?

Não queremos investigar tudo, não queremos suprir a atividade da Polícia Judiciária, representada pelo delegado de polícia nos estados e o delegado federal em nível nacional. Queremos cumprir o nosso papel de combate à criminalidade mais violenta e organizada, investigando casos pontuais, casos esses que ainda não foram investigados. Aí está a importância desse trabalho do Ministério Público.

Mas houve desgastes?

Eu acredito, sinceramente, que a PEC 37 trouxe um prejuízo nas relações entre o Ministério Público e a Polícia Judiciária, tanto no âmbito do Estado quanto federal. Cotidianamente, o trabalho realizado na investigação criminal é feito em conjunto e, em muitas vezes, complementarmente. Quero acreditar que, passado esse momento, vamos conseguir analisar melhor o quadro. A realidade é que só vamos cumprir o nosso papel de prestar uma segurança pública eficiente à sociedade e ao cidadão, combater a criminalidade violenta e organizada, se trabalharmos juntos, integrados. O caso do atentado ao promotor Marcus Vinícius Ribeiro, em Monte Carmelo, é um exemplo de apuração rápida e eficiente que deu uma resposta não ao Ministério Público, mas principalmente à sociedade local, de maneira pronta. Isso só ocorreu porque Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal, promotores e juizes atuaram em conjunto.

Queremos cumprir o nosso papel de combate à criminalidade mais violenta e organizada, investigando casos pontuais, casos esses que ainda não foram investigados. Aí está a importância desse trabalho do Ministério Público

Como o sr. avalia o envolvimento da sociedade na votação da PEC 37?

Foi um aspecto extremamente positivo. A sociedade percebeu a importância da atuação do Ministério Público nas mais diversas áreas.

Na sua opinião, existe necessidade de aperfeiçoamento do Código Penal? Como o Ministério Público pode contribuir com isso?

A Conamp, que congrega mais de 17 mil membros do Ministério Público brasileiro, tem participado nos últimos anos do acompanhamento do processo legislativo. Temos várias comissões que atuam autonomamente ou paralelamente para levar sugestões e propostas para o aprimoramento do legislativo, especialmente no combate à criminalidade. Já tivemos oportunidade, em diversos momentos, de cooperar com o Legislativo no aperfeiçoamento da legislação no combate à criminalidade organizada. Vários projetos que hoje são leis tiveram a contribuição do Ministério Público.

A realidade é que só vamos cumprir o nosso papel de prestar uma segurança pública eficiente à sociedade e ao cidadão, combater a criminalidade violenta e organizada, se trabalharmos juntos, integrados

Estruturalmente, onde está o principal problema da Justiça brasileira?

Acho que o maior problema que a Justiça, ou o sistema de Justiça, enfrenta é a demanda cada vez maior e uma resposta lenta. Temos que conseguir meios e instrumentos, inclusive legislativos para dar uma resposta mais efetiva, mais imediata e eficiente.

GIULIA MENDES - HOJE EM DIA - 16/03/2015)
FOTOS DE LUCAS PRATES)

Circuito das Estações tem novidade

Belo Horizonte sediou a etapa Outono, do Circuito das Estações, com novidades. A primeira das quatro provas foi realizada dia 15 de março. Milhares de atletas participaram da corrida, uma das principais do calendário.

A novidade deste ano foi no percurso que deixou de ter a largada na tradicional

Nova Praça da Pampulha, próxima à Igreja São Francisco de Assis, para ser iniciada no Marco Zero.

Com a mudança, os percursos de 5 e de 10 km sofreram alterações. A próxima etapa, Inverno, será em 28 de junho. As inscrições estão abertas.

Os interessados em acompanhar as novidades e ficar por dentro de tudo que acontece no mundo esportivo da AMMP têm o Facebook (Esportes AMMP) e o blog (equipeammp.blogspot.com). Pode também cadastrar e-mail, bastando para isso mandar mensagem para esportes@ammp.org.br.



Fotos Felipe Javare



ARQUIVO PESSOAL



Bogliolo é o primeiro na Maratona Caixa de Brasília

Alberto Bogliolo Sirihal consagrou-se, em fevereiro, campeão da Maratona Caixa de Brasília, no Distrito Federal, correndo 42 km. Foi o primeiro colocado na faixa etária entre 40 e 44 anos. Apesar do clima meio abafado e do percurso considerado

um pouco difícil por ele, com subidas leves, mas longas, principalmente a partir do Km 36, ele concluiu a prova em 3h02min15seg.

Os atletas puderam escolher percursos de 5 km, de 10 km ou de 42 km.